

Política

CONSTITUINTE

A sessão começou na manhã de ontem e avançou pela madrugada, até completar as votações do segundo turno. A Constituição está pronta e muita coisa vai mudar na vida dos brasileiros, que terão, eles mesmos, de pagar os benefícios aprovados.

A Constituinte acabou. E agora?

Muita coisa muda na vida das brasileiras e brasileiros a partir da promulgação da nova Constituição, que terminou de ser votada na madrugada de hoje. Os trabalhadores não conseguiram ganhar a estabilidade no emprego, mas quando forem demitidos receberão o fundo de garantia e mais 40% de seu valor, em vez dos 10% atuais. Os servidores públicos com mais de cinco anos de exercício ininterrupto da função tiveram mais sorte: serão estáveis.

Quando qualquer trabalhador entrar em férias, receberá mais um terço de seu salário. Se fizer horas extras, receberá um adicional de 50% e não mais de 25% sobre o valor da hora trabalhada. Além disso, em vez das 48 horas semanais, a jornada máxima de trabalho será de 44 horas.

Os aposentados também ganham muitas vantagens, embora nem todas comecem a vigorar imediatamente. Mas nenhum aposentado receberá por mês menos de um salário mínimo. O homem poderá receber aposentadoria proporcional aos 30 anos de serviço, enquanto a mulher terá direito aos 25 anos de trabalho.

Ficará mais fácil se divorciar: depois de um ano de separação, o divórcio é automático. Os menores de 16 anos poderão votar já nas eleições presidenciais de 1989. Poderão fazer o que os que hoje têm 46 anos nunca fizeram na vida.

Ninguém mais poderá ser preso a não ser em flagrante — ou seja, no momento do crime — ou com ordem de autoridade judicial. Atualmente, a autoridade policial pode determinar a prisão.

A censura acaba: não pode haver em qualquer circunstância, seja política, ideológica ou artística. Os censores não perderão seus empregos, mas terão de limitar seu trabalho à classificação etária dos espetáculos.

Ficará mais fácil fazer greve. Os servidores públicos poderão inclusive criar sindicatos. Os "marajás" terão seus salários reduzidos e não poderão alegar direitos adquiridos.

As mulheres terão mais tempo para gozar da licença para gestante: de 84 dias, passou para 120. E os homens terão direito à licença-paternidade, que inicialmente — até que uma lei estabeleça o período definitivo — será de cinco dias.

Creches e pré-escolas serão direitos de todas as crianças. E quem não conseguir vaga em escola pública de ensino pode processar a autoridade responsável.

Os domésticos terão direito a aviso prévio proporcional, licença-paternidade e licença-maternidade.

Ainda vai haver muita discussão em torno do assunto e certamente será difícil cumprir a decisão, mas ninguém terá de pagar mais do que 12% ao ano de juros, em qualquer operação financeira.

Quem quiser entrar no serviço público vai ter de prestar concurso. E quem quiser apresentar um projeto de lei sem ser parlamentar terá de reunir assinaturas de 5% dos eleitores.

Tudo isso poderia funcionar ou não. De qualquer maneira, os cidadãos e cidadãs disporão do mandato de injunção, a que pode-



O presidente Ulysses Guimarães é ovacionado pelo plenário, no último dia dos trabalhos constitucionais.

rão recorrer sempre que for inviável o exercício dos direitos e liberdades assegurados pela nova Constituição.

A promulgação

Ainda não está decidida a data exata da promulgação da nova Constituição brasileira. Tudo indica, porém, que a festa poderá ocorrer entre os dias 23 e 25 próximos. É o que imagina o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. De qualquer modo, já no dia 23 — uma data muito provável — deverão estar em Brasília delegações de todos os Parlatamentos de países latino-americanos (exceto do Chile, que está fechado pelo regime do general Augusto Pinochet), de Portugal e dos países de língua portuguesa que tiverem Parlatamentos funcionando.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), secretário de relações internacionais do PMDB, é quem está encarregado de formular os convites e fazer o acerto das viagens. A Constituinte pagará as passagens e a estadia dessas delegações, que possivelmente estarão limitadas a três parlamentares por país. O pacote das viagens na América Latina está sendo ne-

gociado com a Varig e, segundo acredita Gasparian, sairá 50% mais barato que viagens normais.

O deputado Ulysses Guimarães pretende custear tudo isso com as verbas que a Câmara dos Deputados dispunha este ano para viagens de parlamentares ao Exterior — reduzidas em função da necessidade de presença nas sessões da Constituinte — e das viagens previstas para 1989, que serão drasticamente cortadas. "O pessoal não viajou muito este ano e vai chiar com o corte no ano que vem, mas ele é simplesmente necessário", argumenta Gasparian.

O encerramento das votações do segundo turno não implica a promulgação imediata. O relator adjunto da Constituinte, senador José Fogaça, alinha pelo menos sete etapas que terão de ser cumpridas até a promulgação e publicação no Diário Oficial: até 7 de

setembro os relatores entregam o texto final aprovado em segundo turno. De 8 a 11, o texto será publicado para que, nesse mesmo prazo, os constituintes apresentem sugestões de correção, que se limitarão ao estilo e à clareza do texto.

No dia 12 começa a trabalhar a comissão de redação final, assessorada pelo filólogo Celso Cunha. Entre 16 e 18 de setembro o texto revisado estará novamente publicado e no dia 19 possivelmente será feita a sessão para

aprovar o texto final, numa só votação. De 20 a 22 estão previstas as sessões para que os constituintes no exercício do mandato assinem a Constituição.

Se esses prazos forem cumpridos, no dia 23 de setembro Ulysses Guimarães promulgará solenemente a nova Constituição. Como entre um e outro prazo pode haver atraso, Ulysses considera razoável que, no fim dessas contas, o dia 23 se torne inviável e a Carta tenha que ser promulgada em 24 ou 25 de setembro.

Sarney promete cumprir a nova Carta

O presidente Sarney não esqueceu que já fez críticas à Constituinte, mas ontem garantiu que será totalmente fiel e dedicado à nova Carta. "Fiz algumas críticas e muitas ponderações sobre alguns pontos que estavam sendo discutidos pela Constituinte", disse. E, acrescentou que, quando a Constituição estiver pronta, será o primeiro a cumprimentá-la. "Serei o mais dedicado servidor da Constituição, procurando cumprí-la para que possa institucionalizar cada vez mais o Estado de direito no Brasil e ajudar o bem estar do povo brasileiro".

A promessa de Sarney foi feita em São Paulo, logo que ele desembarcou no aeroporto de Congonhas e repetida em outra rápida entrevista no memorial da América Latina. Outra promessa do presidente: fazer o possível para que a Constituição tenha êxito. Segundo ele esta-

mos chegando ao fim do processo de transição democrático, a Constituinte está terminando com o País em paz, não tivemos nenhum problema de ruptura durante esse período e as finanças públicas estão sendo organizadas.

O presidente veio ontem de Santos a São Paulo para visitar as obras do memorial da América Latina — idéia de Quercia — que deverá ser inaugurado no dia 25 de janeiro, e que poderá custar aos cofres públicos 50 milhões de dólares. Ao discursar ontem para Sarney, explicando a intenção da obra, o governador revelou que sonhava com sua construção "antes de ser governador, antes das eleições". Mas coincidência ou não, o Memorial será inaugurado no dia do aniversário da cidade e no ano da disputa pela sucessão presidencial.

V.S.D.

Lembre-se

Desde a sua instalação em 1º de fevereiro de 1987 até ontem, foram 578 dias de propostas, conversas, acordos e brigas políticas. Enfim, a Assembléia Nacional Constituinte, formada por 559 parlamentares eleitos em novembro de 1986, encerrou os seus trabalhos. A nova Carta, a sétima da história da República, substituirá o texto em vigor confeccionado, em 1967, em gabinetes reservados do regime militar e emendado, em 1969, pelo mesmo autoritarismo político.

A nova Constituição, ao contrário da anterior, exigiu milhares de reuniões, movimentou lobbies e tornou o Congresso Nacional um dos locais de maior agitação do País. Os trabalhos começaram com as comissões e subcomissões (nove) que se encarregaram de reunir propostas de diferentes segmentos sociais para formular partes específicas do novo texto. Continuou com a Comissão de Sistematização que reuniu num só projeto todos os novos princípios apresentados. Finalmente, o texto foi para duas votações, já neste ano, o que teve sabor de exagero, pois, da segunda vez, quase nada mudou.

A nova Constituição introduz muitas mudanças. Ela restaura os direitos da cidadania, as liberdades políticas, bem como o sistema federativo. Em outros pontos, ela deixa tudo como está. Não mexe na estrutura sindical corporati-

vista, criada autoritariamente há 50 anos, pelo Estado Novo getulista, embora desvincule do Estado a atuação das instâncias sindicais. Ela também eterniza o velho problema da Justiça, que deve continuar morosa e atulhada de processos. Há temas, também, que a nova Carta exagera. Ela cria problemas de fundos de financiamento para os novos benefícios da Previdência Social e torna ainda mais difícil, na conjuntura atual, o controle macroeconômico. Com ela, a sociedade pode se preparar para pagar preços mais altos e mais impostos.

A nova Constituição é o resultado de um violento jogo de braço. À primeira vista, os empresários perdem especialmente porque depois de muita conversa e palavras de convencimento junto a constituintes pensaram que tudo estava resolvido. Foi-se ver depois, na votação dos direitos trabalhistas e da ordem econômica, ainda em primeiro turno, que os lobbies empresariais falharam em eficiência.

Também perdeu o presidente José Sarney que, em discurso na instalação da Constituinte, disse que ela seria soberana e que não sofreria qualquer influência do Executivo. Alguns meses depois (junho de 1987) quando já se esboçava a nova reforma tributária, retirando recursos da União, a isenção foi por água abaixo. O presidente tentou influir mas já era tarde.